

# Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira

Reginaldo Ghiraldelli  
(organizador)

EDITORA



**UnB**



Pesquisa,  
Inovação  
& Ousadia



**Universidade de Brasília**

**Reitora** : Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** : Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** : Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** : Germana Henriques Pereira (Presidente)  
: Fernando César Lima Leite  
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
: Carlos José Souza de Alvarenga  
: Estevão Chaves de Rezende Martins  
: Flávia Millena Biroli Tokarski  
: Jorge Madeira Nogueira  
: Maria Lidia Bueno Fernandes  
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos  
: Sely Maria de Souza Costa  
: Verônica Moreira Amado

EDITORA



UnB

# Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira

Reginaldo Ghiraldelli  
(organizador)



Pesquisa,  
Inovação  
& Ousadia

**Coordenação de produção editorial** : Equipe editorial  
**Preparação e revisão** : Luciana Lins Camello Galvão  
**Projeto gráfico** : Angela Gasperin Martinazzo  
**Diagramação** : Wladimir de Andrade Oliveira  
Haroldo Brito

© 2020 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,  
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF  
Telefone: (61) 3035-4200  
Site: www.editora.unb.br  
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte  
desta publicação poderá ser armazenada ou  
reproduzida por qualquer meio sem a autorização  
por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do  
Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

T578 Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira /  
Reginaldo Ghiraldelli (organizador). – Brasília : Editora  
Universidade de Brasília, 2021.  
268 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-016-9

1. Trabalho - Aspectos sociais. 2. Direitos sociais. 3. Política social. 4. Desigualdade social. I. Ghiraldelli, Reginaldo (org.). II. Série.

CDU 331(81)

---

# Sumário

## **Prefácio 9**

## **Apresentação 17**

Reginaldo Ghiraldelli

## Capítulo 1

### **Trabalho, contrarreformas e (des)proteção social no Brasil 27**

Reginaldo Ghiraldelli

#### Introdução 27

1. O Brasil nos tempos neoliberais e as mudanças nas relações de trabalho 32
2. A construção contraditória dos direitos sociais no Brasil: crises, contrarreformas e retrocessos sociais 37
3. A Contrarreforma Trabalhista e a dilapidação dos direitos sociais 47

Considerações finais 52

## Capítulo 2

### **Classe trabalhadora, novo sindicalismo e autoemancipação 61**

Michelly Ferreira Monteiro Elias

#### Introdução 61

1. O avanço das lutas da classe trabalhadora no período de esgotamento da ditadura civil-militar e a formação do novo sindicalismo 64
2. O significado político do novo sindicalismo para as lutas da classe trabalhadora brasileira 73
3. O novo sindicalismo frente à perspectiva da autoemancipação da classe trabalhadora brasileira 78

Considerações finais 83

## Capítulo 3

### **O trabalho temporário no Estado capitalista 87**

Eduardo Augusto Rodrigues Barros

Introdução **87**

1. O trabalho temporário no capitalismo **89**
  2. O trabalho temporário nos serviços privados e públicos no Brasil **91**
  3. O contrato temporário na carreira socioeducativa do DF e sua precarização **96**
- Considerações finais **115**

## Capítulo 4

### **A participação social no campo da saúde do trabalhador e da trabalhadora 125**

Natália Pereira Caixeta

Introdução **125**

1. Precarização estrutural do trabalho e rebatimentos na organização da classe trabalhadora **127**
  2. Percurso teórico-metodológico e controle democrático no campo da saúde do(a) trabalhador(a) **130**
  3. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) **149**
- Considerações finais **152**

## Capítulo 5

### **A Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social 159**

Renata Maria da Conceição Freitas

Introdução **159**

1. Contextualização sócio-histórica da Política Nacional de Educação Permanente para Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social **163**
  2. A Institucionalização da Educação Permanente **177**
- Considerações finais **192**

## Capítulo 6

### **As multifaces do trabalho precário no Sistema Único de Assistência Social 201**

Regiane Cota e Rocha

Introdução **201**

1. Considerações sobre as unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) **208**

2. Condições de trabalho no Suas sob a ótica dos trabalhadores **211**

Considerações finais **224**

## Capítulo 7

### **Ações profissionais e condições de trabalho de assistentes sociais na Atenção Primária à Saúde 231**

Andreia de Oliveira

Reginaldo Ghiraldelli

Introdução **231**

1. Serviço Social, Saúde e Atenção Primária à Saúde **239**

2. O percurso metodológico-investigativo e a aproximação ao cotidiano de trabalho de assistentes sociais **243**

Considerações finais **260**

### **Sobre os autores e as autoras 265**










# P Prefácio

Por pelo menos três décadas, houve um debate sobre o futuro do trabalho no mundo. Embora essas abordagens tenham se dado de maneira vaga, ao mesmo tempo despertaram fascínio e extemporaneidade. Mas, afinal, de que trabalho tratam essas abordagens? Trabalho físico? Trabalho protegido? Trabalho como fonte de identidade? Trabalho como fonte de renda? Ou, ainda, outras formas de trabalho? Ao buscar entender esse debate, podemos pensar em dois tipos de “previsões”: uma que antevê um declínio qualitativo do trabalho, e a outra, um declínio quantitativo.

No primeiro caso, o do declínio qualitativo, o trabalho pioraria em suas condições (tornando-se instável e sem garantias) e em seu conteúdo (tornando-se mecânico e rotineiro). No segundo caso, o do declínio quantitativo, o trabalho se tornaria escasso, acima de tudo por causa da difusão de tecnologias que substituiriam o labor humano, e passaria por uma espécie de “mutação genética” – o que, com base em um processo histórico de individualização, transformaria o trabalho existente em trabalho por conta própria.

Nos dois casos, a mudança levaria a uma perda de significado e, portanto, da centralidade do trabalho na vida social. Esse trabalho modificado resultaria na perda de identidade e de sentido do – e no – trabalho. E isso também afetaria a capacidade organizacional da classe trabalhadora, com consequências significativas para as formas coletivas de representação, como é o caso dos sindicatos. A ausência de uma



potencialidade representativa dos trabalhadores poderia esvaziar esses espaços coletivos e trazer implicações para o sentido dessas organizações.

No entanto, seguir profecias não nos leva muito longe. Com efeito, existe o fato paradoxal de que, ao tentar “roubar” a tarefa dos futurologistas, a sociologia do trabalho quase parou de olhar para o seu entorno, ou seja, para a realidade social. Deixar fluir a imaginação a partir de uma prospecção virtual é inquestionavelmente menos exigente do que ir a campo coletar dados e oferecer retratos concretos do presente. Essa segunda opção é a que nos ancora, dando sustentação acadêmica e científica para a explicação do real, embora saibamos de suas limitações.

Para a compreensão dessas tendências em curso, algumas chaves heurísticas fornecem fundamentos para a interpretação da realidade, a exemplo do processo de complexificação e heterogeneidade do trabalho, que envolve o seu conteúdo (autonomia, controle), as condições físicas e a deterioração da qualidade do emprego diante de uma crescente instabilidade e congelamento salarial.

Na contemporaneidade, observa-se a transição de uma certa homogeneidade das condições de vida e de trabalho típicas de boa parte do século XX, tendo como referência o padrão fordista, para uma clara heterogeneidade e fragmentação do trabalho. Emergem também questões relacionadas à proteção social e à representação coletiva. Essa homogeneidade foi o fertilizante para o crescimento e a afirmação dos sindicatos, que, graças a condições políticas e históricas particulares, puderam se tornar instituições de massa no sentido das adesões e das estratégias adotadas. A heterogeneidade aponta atualmente para o problema da unidade coletiva da classe trabalhadora, tendo em vista o risco evidente de uma composição difícil e frágil, a partir das diferentes instâncias de representação dos trabalhadores. Mas quais são os fenômenos e as tendências que podemos evidenciar a partir dessa base? Primeiramente, é preciso examinar os problemas atuais, mas não apenas como eles se apresentam nos países centrais do capitalismo. Isso significa que é necessário um olhar global acerca desses processos em curso.

Assim, uma primeira consideração é a aproximação entre os diferentes grupos de países, cujas classificações são atualmente inspiradas

em modelos baseados na ideia da “variedade de capitalismo”. Nesse caso, é importante uma abordagem analítica e crítica, voltada aos mecanismos de difusão da precarização e da crescente dualização do mercado de trabalho, de forma a identificar questões do mundo do trabalho que acentuam os riscos e vulnerabilidades sociais. Temos modalidades diferentes e ao mesmo tempo coexistentes. Os dados revelam a disseminação de mini-empregos ou outros “meios de trabalho”, com horários curtos, salários baixos e proteção social extremamente reduzida.

A segunda consideração é que, diante das mudanças em curso, está aumentando, entre os trabalhadores, um sentimento de insegurança em relação ao presente e de incerteza quanto ao futuro. Esse sentimento é transversal, mas atinge especialmente os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, ou seja, aqueles com menor qualificação profissional e com inserções/posições ocupacionais de menor “status” e prestígio na divisão do trabalho. Esses segmentos de trabalhadores também estão se distanciando de forma acentuada das tradicionais representações políticas pró-trabalho, como é o caso dos sindicatos.

A terceira consideração diz respeito aos aspectos e efeitos sociológicos mais típicos dessas transformações. De fato, observamos uma sociedade desestruturada e muito estratificada, na qual os trabalhadores não encontram uma identidade comum e um projeto compartilhado. Estamos diante da difusão de um sujeito incerto e disforme em relação à tradicional “classe operária” ou outras formas unificantes da classe trabalhadora. Uma espécie de “quinto Estado”, em que prevalece como característica a precariedade. Ao mesmo tempo, notamos a falta de um amálgama que se dê a partir dos “de baixo”, ou seja, os mais subalternizados, que diz respeito a um grande contingente de pessoas que trabalham, além da premissa de mecanismos de agregação e construção de identidades coletivas pela via das representações coletivas.

No debate científico, há uma tendência a dizer que, na maioria dos países ocidentais (mas também frequentemente naqueles emergentes), as organizações representativas – estamos falando especificamente dos sindicatos – enfraqueceram com o tempo, algo que pode ser deduzido da análise de dados sobre sindicalização e sobre os rumos de seu poder

de barganha, capilaridade e pressão. Mas, em geral, muitos estudos analisam o poder decrescente dos sindicatos como resultado de “erros” de suas escolhas estratégicas, tendo como base a herança de períodos anteriores, mais frutíferos. Essas abordagens deveriam ser revisitadas. Vale ressaltar, no entanto, que muitas vezes é a fragilidade e decomposição do mercado de trabalho – a instabilidade de muitos trabalhadores, o crescimento do trabalho precário, a redução de direitos sociais – que atinge a capacidade organizativa dos sindicatos.

Podemos citar, como ilustração, alguns dados da realidade italiana. Informações dos sindicatos confederais (CGIL, CISL e UIL)<sup>1</sup> são relativamente estáveis e contínuas, e insistem em apresentar um notável acordo social e organizacional. Mas, sob a pátina e a superfície dessa aparente continuidade, surge uma mudança também significativa nas demandas e expectativas dos trabalhadores, que coincide com o quadro de incerteza e insegurança social.

As demandas e necessidades dos trabalhadores também mudaram no decorrer dos anos. O descompasso é ainda mais intenso em comparação com resultados de pesquisas realizadas nos primeiros anos deste século. O item claramente privilegiado era o da grande tradição da unidade sindical. Nesse caso, como podemos interpretar essas interessantes discontinuidades presentes na realidade? Também nesse contexto, podemos observar os sinais da grande crise pós-2008 e as crescentes inseguranças resultantes desse processo.

As reivindicações e expectativas expressas pelos trabalhadores parecem defensivas, marcadas pela necessidade de não perder seus postos de trabalho (que consideram ameaçados) diante da crescente instabilidade laboral. Para além de um sindicalismo projetado no sentido de grandes batalhas ideais e políticas, generalista e orientado para o cultivo de interesses amplos, parece que essas questões estão sendo reduzidas e deslocadas para outras direções, mais iminentes e ligadas à satisfação de interesses imediatistas, mais preocupadas com a gestão

---

<sup>1</sup> CGIL: Confederação Geral Italiana do Trabalho; CISL: Confederação Italiana de Sindicatos e Trabalhadores; UIL: União Italiana do Trabalho.

de crises e reestruturações corporativas e, portanto, com a capacidade de os sindicatos assumirem a transição para uma fase “normalizada” da vida produtiva. O que tende a prevalecer nessa conjuntura é a ideia de um sindicato que intervenha nas demandas imediatas dos trabalhadores, de forma também a tranquilizá-los diante das ameaças postas.

Também como efeito de identidades coletivas alteradas em um processo de mudança geracional, não é por acidente que a questão da unidade sindical – no passado, de forte valor simbólico – seja pouco considerada pelos mais jovens.

As mudanças em curso são ainda menos lineares e mais incertas do que se imaginava. A instabilidade no emprego cresce de forma exponencial e irregular, não apenas em função da grande variedade de formas contratuais, mas também devido ao aumento, muitas vezes discriminatório, das horas de trabalho.

Dentre os exemplos usados para ilustrar tais fenômenos, podemos mencionar a “revolução digital”, que já produziu, além de intensas mudanças na organização da produção, uma grande quantidade de estudos e publicações científicas. Não faltam entusiastas dessas mudanças em andamento, que são descritas como incontornáveis e, ao mesmo tempo, cada vez mais problemáticas para o trabalho, diante da escassez da geração de postos laborais. Com isso, emerge a ideia da “quarta revolução científica” como uma grande oportunidade para repensar o modelo de desenvolvimento econômico e social dos países, uma visão que atribui às tecnologias o papel de Leviatã do mundo contemporâneo, mas, ao mesmo tempo, é medida com uma instância – a da “regulação” – tornada incerta pela evanescência dos atores sociais e pelas políticas adotadas.

Precisamente por esse motivo, permanecem muitas incertezas sobre as trajetórias e os resultados das inovações em curso, seja por causa das muitas variáveis que pesam sobre os efeitos técnicos e organizacionais “internos” da esfera produtiva, seja pela dificuldade de dar conta dos efeitos da propagação “externa”. Em outras palavras, não se contempla o potencial dos atores coletivos de forma a pensar as prováveis consequências sociais dessas transformações, sobretudo nas condições de vida e trabalho.

Como são feitas muitas previsões, em particular sobre o número e a qualidade dos empregos disponíveis, em geral prevalecem as estimativas pessimistas, suavizadas por alguns relatórios institucionais, que tendem a descrever uma redução quantitativa e uma polarização qualitativa no mercado de trabalho como cenários mais plausíveis. De modo recorrente e sucessivo, todas as “grandes transformações” têm impactado diretamente a vida da classe trabalhadora. E essa vinculação à digitalização e o advento da *Gig Economy*<sup>2</sup> não serão exceções. Trata-se, no entanto, de entender se existem margens – como aconteceu no passado – para identificar alavancas regulatórias e outras possibilidades coletivas que enfrentem os efeitos sociais dessa realidade.

Quando pensamos nos atores sociais, temos naturalmente em mente os atores clássicos, institucionais e sociais, que impactaram sobre a regulamentação do trabalho, mesmo que não possamos excluir outros, alguns dos quais são novos. Por um lado, têm-se os espaços potenciais à disposição das instituições públicas. Eles são vistos, com relação à disseminação da digitalização, principalmente como portadores de incentivos e ajuda econômica. Mas grande parte das implicações futuras também dependerá da amplitude de seu intervencionismo (e aqui falamos do âmbito nacional, mas devemos falar mais dos contextos supranacionais). No caso de uma intervenção geral, serão abordadas as consequências sociais e econômicas do novo paradigma, ou a atuação se limitará a uma tarefa meramente acessória de apoio ao mercado (espelhando, portanto, a existente)?

Por fim, outra questão, não secundária, envolve a trama dos direitos e proteção social de trabalhadores com perfis amplos e evanescentes, diferentes dos modelos “tradicionais” que herdamos de períodos anteriores. Diante disso, que tipo de inclusão pode ser proposta aos

---

<sup>2</sup> No contexto das mudanças no mundo do trabalho e do desmonte dos direitos sociais, a *Gig Economy* representa o aprofundamento da precarização e intensificação do labor por meio de formas contratuais flexíveis, temporárias, sem proteção e garantias sociais, especialmente mediante o crescimento das ocupações denominadas “bicos” e os conhecidos contratos *freelancer*. São formas contratuais em expansão, sobretudo com o crescimento da ocupação em serviços por meio das plataformas digitais.

trabalhadores “digitais”, os quais são – como se costuma dizer em estudos comparativos – “não empregados”?

Nessa agenda, existem espaços de ação anteriores às tomadas de decisão, tanto aqueles relacionados à introdução de novas tecnologias quanto os que traduzem novas configurações tecnológicas em estruturas organizacionais. Agora, o ponto crítico do nosso sistema de produção está precisamente conectado à lacuna a ser coberta entre essas duas dimensões. Muitas empresas fazem investimentos em novas tecnologias, mas não se comprometem com um redesenho organizacional e muito menos com suas consequências sociais para os trabalhadores.

As instituições públicas poderiam promover e incentivar métodos participativos de mudança organizacional, em vez de focalizar apenas o aumento de equipamentos tecnológicos.

Por isso, devemos pensar em formas de regulação diante da reorganização das empresas em um contexto de incorporação e expansão das tecnologias digitais. Aqui é necessário pensar novas formas de contratação, além de fortalecer os canais de participação dos trabalhadores. Isso abrange novas políticas (incluindo redução de jornada e trabalho inteligente) e profissionalismo, além da difusão de medidas de bem-estar social, especialmente para segmentos mais desfavorecidos e subalternizados da força de trabalho.

As instituições podem contribuir para a efetivação da cidadania no trabalho por meio do acesso a direitos e proteções. Não apenas direitos genéricos, os quais também são necessários, mas espaços contratuais reconhecidos e salários mínimos garantidos, por exemplo.

Por fim, cabe destacar a importância das políticas públicas nacionais, com ênfase na expansão das políticas de trabalho, tendo em vista que o cenário atual é marcado pelo medo do desemprego em massa. Esse temor também deve ser atenuado, no nível social, com intervenções públicas destinadas a reduzir as crescentes inseguranças. Muitos consideram a renda básica de cidadania como uma opção plausível e necessária. Certamente essas intervenções “passivas” são essenciais, sobretudo com a finalidade de manter os padrões mínimos de vida e as necessidades básicas da população.



A transição para uma nova estrutura de produção também exige claramente uma mudança semelhante – possivelmente contextual – do sistema institucional e da regulação social. Eis a grande virtude a ser redescoberta e retrabalhada em busca da construção de novas bases. Esse é o desafio para as instituições e os atores sociais. Nas últimas décadas, o capitalismo democrático e tradicionalmente moderado deixou gradualmente de lado suas virtudes sociais. E hoje, tanto na Europa quanto na América Latina (para não mencionar os Estados Unidos), é necessário um novo arranjo, um novo horizonte, uma nova base. Isso significa pensar e incluir um novo “compromisso histórico” capaz de conter e afirmar os direitos sociais. Esse objetivo não parece estar imediatamente ao alcance, mas, precisamente por esse motivo, deve ser introduzido por meio de análises científicas e propostas políticas.

O mundo do trabalho, hoje, é caracterizado pela disseminação de novas problemáticas e novas inseguranças. Pouca ênfase é dada aos processos de perda qualitativa do trabalho, à crescente precarização, à redução das proteções sociais que estão trazendo à tona o trabalho empobrecido e propenso a riscos de exclusão – processos estes que estão sendo difundidos e implementados de modo generalizado pelo mundo.

Nesse sentido, eis a importância do compromisso intelectual na direção de um melhor entendimento e aprofundamento da realidade social, tanto de sua natureza qualitativa quanto de sua natureza quantitativa. Cabe aos intelectuais e pesquisadores compreender esses processos sociais com suas devidas implicações e apontar possíveis alternativas e saídas. Mas sabemos que as possíveis saídas e superações dependerão da capacidade organizativa dos atores sociais (velhos e novos, sociais e institucionais), com o objetivo de constituir novos pactos sociais e compromissos políticos. Isso significa tomar como referência as demandas, interesses e necessidades dos trabalhadores.<sup>3</sup>

Mimmo Carrieri

Universidade de Roma “La Sapienza”

---

<sup>3</sup> Texto originalmente redigido em italiano e traduzido para a língua portuguesa por Reginaldo Ghiraldelli.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

# Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira

A coletânea organizada por Reginaldo Ghiraldelli reúne capítulos que são resultado de pesquisas de integrantes do Trasso (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social). Abrange temas importantes, como as questões relacionadas ao trabalho e aos direitos sociais, especialmente neste momento histórico, caracterizado por um clima de obscurantismo e de subtração do compromisso do Estado com o sistema de proteção social.

Os capítulos abordam diferentes aspectos da realidade, com destaque para a situação do mundo do trabalho e a realização dos direitos sociais. Dentre os temas estudados, analisam-se a configuração do trabalho no contexto de reformas, o sindicalismo, a problemática do trabalho temporário, a participação social na política de saúde do trabalhador, a necessária efetivação de uma política de educação permanente para trabalhadores da assistência social, as expressões do trabalho precário na assistência social, as condições de trabalho e as intervenções profissionais de assistentes sociais na área da saúde.

Trata-se de uma obra cuidadosa, que explora diversas questões com olhar crítico e abordagem científica, voltada para pesquisadores e profissionais da área, mas também para todos aqueles que desejam ter uma visão aprofundada dos problemas atuais, em contraste com os *slogans* superficiais e mistificadores da realidade contemporânea.

**Annamaria Campanini**

Docente da Universidade de Milão Bicocca e  
Presidente da Associação Internacional de  
Escolas de Serviço Social (IASSW)

## Foto ao fundo:

Interior do  
Instituto de  
Química/UnB.  
Por Luiz Felipe  
Barcelos.



EDITORA



UnB

ISBN 978-65-5846-016-9



9 786558 460169